

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

**Arquitetura e Urbanismo: Planejando e
Edificando Espaços
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL- PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA	353

APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)

Cícero de França Neto

Discente da Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA
Mossoró-RN

Hugo Leonardo Pontes Nunes

Discente da Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFERSA
Pau dos Ferros-RN

Almir Mariano de Sousa Júnior

Professor Doutor e Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA
Mossoró-RN

Tamms Maria da Conceição Moraes Campos

Prof. Dr^a. adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFERSA
Caicó-RN

RESUMO: Problemas envolvendo planejamento urbano são bem frequentes em todo o território Brasileiro. Na atualidade, é notório um esforço maior por parte dos urbanistas em oferecer mais qualidade de vida à população onde será inserida uma obra. Para alcançar essa finalidade com êxito, são feitos diversos estudos na fase do anteprojeto, com a intenção de entender onde o projeto será inserido, tudo influencia para o resultado final, do entorno aos moradores. No entanto, essa preocupação não

é unanimidade entre os profissionais, muitas vezes, obras milionárias são executadas sem existir qualquer contato com seu público alvo na fase inicial, o que culmina em falta de uso, não havendo sinomorfia. Pesquisador neste ramo, o arquiteto Vicente del Rio procura explicar essas imperfeições no cenário urbanístico, para, a partir disso, esses problemas não serem repetidos. Dentro deste contexto, o presente trabalho buscou analisar o espaço urbano, com enfoque no comportamento ambiental na Praça da Matriz de Pau dos Ferros-RN, utilizando como metodologia uma avaliação pós-ocupacional e referências bibliográficas de Vicente del Rio, constatando assim que não existe sinomorfia no local. Pesquisas como essa permitem solucionar problemas dessa magnitude, fazendo com que uma determinada população tenha de fato acesso à serviços urbanos que precisam no dia-a-dia, de acordo com as suas necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: Sinomorfia; Comportamento; Praça; Serviços;

1 | INTRODUÇÃO

Os direitos sociais da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) apontam para campos que abrangem desde a educação até o lazer, sendo os espaços destinados a este

último compreendidos como uma das preocupações das políticas públicas (RECHIA; BELTRÁN, 2010).

Os ambientes voltados para o entretenimento nos espaços públicos, por sua vez, englobam uma série de premissas que desempenham funções sociais, políticas, ambientais e da saúde para o cotidiano das cidades conforme apontado por Silva et. al (2013).

Nesse sentido, parques urbanos e praças podem ser entendidos não somente como áreas verdes, mas sim como espaços imbuídos de intencionalidades, com potencial de modificação do uso e ocupação do solo de forma planejada, sendo sinônimos de qualidade ambiental, promoção à saúde e desenvolvimento sustentável quando atingidos estes aspectos (SILVESTRE, 2014).

No Brasil, “a realidade do planejamento dos equipamentos urbanos aponta uma falta de critérios na implantação e locação desses equipamentos” (NEVES, 2015, p. 504). Isso implica em afirmar que muitos dos ambientes públicos não desempenham funções as quais deveriam, sendo as relações homem-ambiente de um projeto, após sua execução, um agente que evidencia essa dicotomia. Nesse sentido, estudos avançam em relação aos diversos apontamentos que podem ser realizados quanto à qualidade dos mesmos.

Para tanto, é de suma importância compreender a partir de quais instrumentos se pode embasar estas constatações acerca dos ambientes construídos e a correspondência deles com o elemento humano. Dentre os métodos mais difundidos projetualmente, destaca-se a Avaliação Pós-Ocupação (APO), que, em linhas gerais, pode ser entendido como a compreensão dos espaços, “não somente os físicos, e pretende, a partir das avaliações, identificar aspectos positivos ou negativos do ambiente” (PINHEIRO; LUCHESI, 1998 *apud* BALBI, 2012).

Nesse viés, os conceitos de *Behavior Settings* e sinomorfia estão intrinsicamente ligados ao que a APO se propõe a realizar. O primeiro pode ser compreendido como

[...] não somente um local, mas um conjunto de interações dentro de um local.
[...] Behavior setting é um sistema limitado, auto-regulado e ordenado, composto de integrantes humanos e não-humanos substituíveis, que interagem de modo sincronizado para realizar uma seqüência ordenada de eventos denominada programa. (Wicker, 1979:10-12 *apud* ELALI, 2011)

Ao passo que a sinomorfia seria a reciprocidade existente entre os elementos humanos e não humanos, cujos apontamentos iriam explicar a qualidade do projeto uma vez que as proposições que se realizou a um determinado ambiente estão se fazendo cumprir (Barker, 1968, *apud* ELALI, 2011).

De posse de tais informações, o presente trabalho será embasado a partir dos estudos desses autores, compreendendo a correlação existente com as proposições sobre o comportamento ambiental realizadas por Del Rio (1990). A aplicação de tais conceitos será aplicada em um estudo descritivo, de caráter exploratório e considerado

também como um estudo de caso, uma vez que irá associar distintas variáveis (GIL, 1946). A área estudada corresponde a um trecho da Praça da Matriz da cidade de Pau dos Ferros – RN, cujo objetivo é descrever através de mapas mentais a apropriação do espaço, os *Behavior Settings* (BSs) e determinar se o espaço possui ou não sinomorfia. De posse destas informações, pode-se então repensar a forma como as políticas públicas de lazer tem atuado no semiárido, bem como, apontar para novas proposições acerca desses espaços. Para isso, realizou-se duas visitas ao local estudado. A primeira entre os horários de 7:00 e 8:00 horas da manhã e a segunda entre 22:00 e 23:00 horas. Diante disso, é válido apontar que por se tratar de um estudo em andamento, as análises aqui realizadas deverão culminar em proposições futuras para a zona em questão.

Quanto à sua localização na malha urbana do município (Figura 01), aponta-se que a o ambiente analisado está inserido no Bairro Centro do Município de Pau dos Ferros-RN, ocupando em sua totalidade, uma quadra.



Figura 01: Imagem via satélite do bairro centro

Fonte: Google Earth (2018). Adaptado pelo Programa Acesso à Terra Urbanizada (2018)

Seu perímetro é composto pela rua 15 de Novembro e a rua Sete de Setembro (Figura 02). Localizada em uma zona central, a praça e o seu entorno possuem características predominantemente comerciais, e tal contexto se refletirá nas informações apresentadas posteriormente. Seus acessos se dão através de ruas de grande importância na cidade, como a Av. Independência e a Getúlio Vargas, encontrando-se paralela, também, as ruas de acesso as principais entradas do Mercado

Público. A área em análise corresponde a um trecho da Praça da Matriz de Pau dos Ferros, especificamente nas proximidades do mercado público central do município, com proximidade da feira livre, sob os aspectos apontados outrora, cujo produto final deverá fazer o apontamento sobre a presença ou não de sinomorfia em tal ambiente e como estes aspectos podem ser revertidos positivamente para o uso da população.

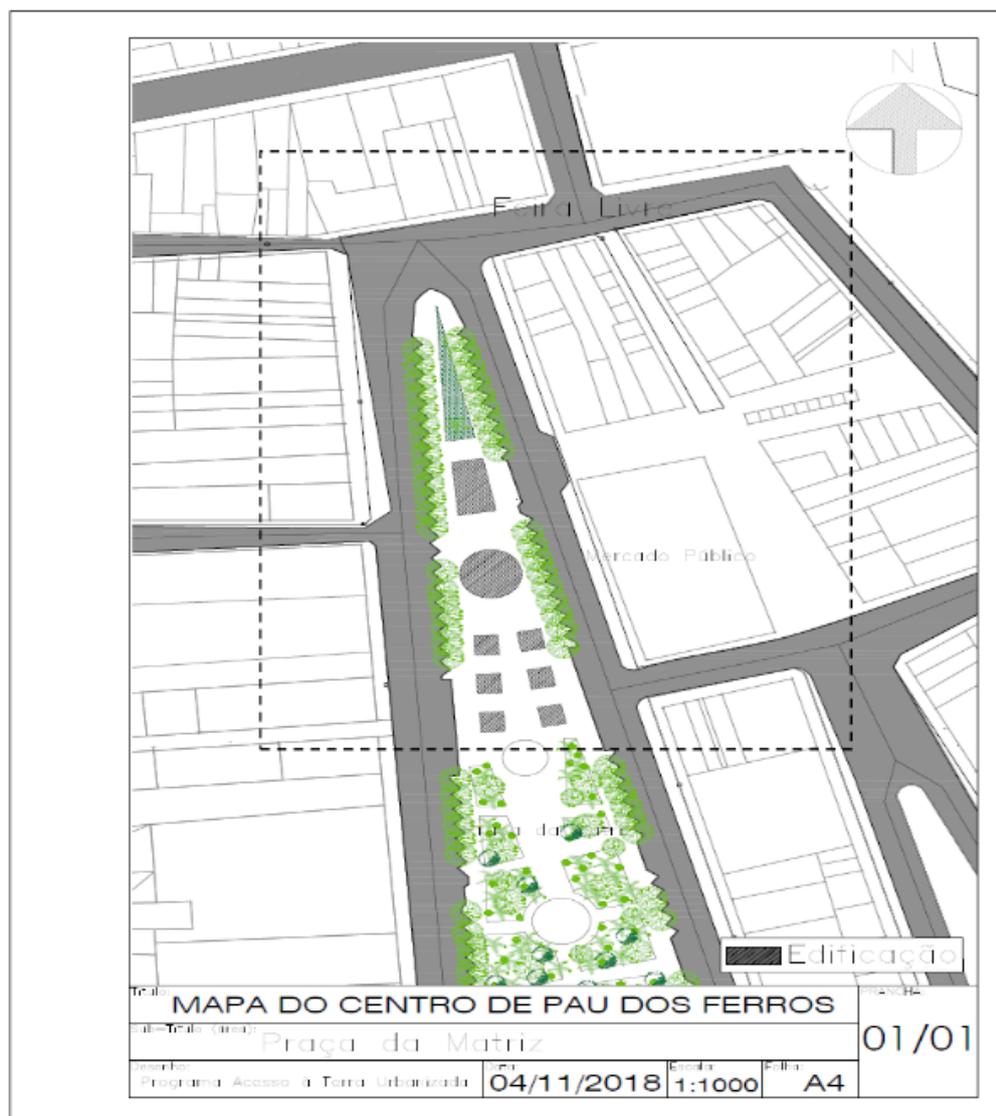


Figura 02: Imagem do bairro centro com enfoque na área estudada

Fonte: Acesso à Terra Urbanizada (2018). Adaptado pelos autores (2018)

A praça da Matriz de Pau dos Ferros-RN (Figura 03), cujo nome oficial é Praça Monsenhor Caminha, ambiente público localizado no centro de Pau dos Ferros-RN, é uma homenagem monsenhor Manoel Caminha Freire de Andrade, cuja fundação é datada do ano de 1942 e passou por algumas modificações ao longo dos anos sob os aspectos de projeto e entorno.

Seu partido urbanístico é desconhecido. Os projetos existentes na Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros são de uma versão antiga e, ainda, incompleta do levantamento topográfico. Sua atualização foi iniciada, mas não concluída.



Figura 03: Vista aérea da Praça da Matriz de Pau dos Ferros-RN

Fonte: Programa Acesso à Terra Urbanizada (2018)

Entre os anos de 1948 e 1953, construiu-se o Pavilhão Cônego Caminha, existente até o dado momento na referida praça, onde o objetivo do mesmo estava alocada para ser um pavilhão de dança para bandas locais do município. Em 1º de maio de 1972, foi reinaugurada e reconstruída, após uma reforma Francisco de Assis Freitas Amorim, cuja denominação passou a ser de Praça do Centenário, devido os 150 anos da independência, onde o projeto (Figura 04) apresentou a praça dividida em dois espaços e é de autoria do arquiteto Francisco de Assis Freitas Amorim (HOLANDA, 2011).



Figura 04: Configuração da Praça da Matriz em duas quadras

Fonte: Blog Batista Cavalcante (2010)

A última versão da praça, com reforma entre as gestões de 2005 e 2011 do

Prefeito Leonardo Rêgo, sendo inaugurada em 27 de junho de 2009, apresentou a praça com a configuração conhecida atualmente, onde uniu-se as duas quadras e, por conseguinte, a mesma passou a se apresentar em uma quadra única (Figura 05).



Figura 05: Configuração da Praça da Matriz em quadra única

Fonte: Programa Acesso à Terra Urbanizada (2018)

Quanto ao seu turno de funcionamento, mesmo sendo pública, distingue-se em duas categorias uma vez que há a presença de quiosques comerciais no referido local. As áreas de passeio funcionam durante as 24 horas do dia, ao passo que os quiosques variam entre os horários de funcionamento das 5 da manhã até as 18 horas e, geralmente, dois quiosques, em média, funcionam até as 23 horas do dia, ressaltando-se a dependência desses fatores em função do dia da semana.

Na área em análise há predominância de espaços totalmente públicos, projetados para serem espaços sócios petalados, ou seja, locais que atraiam as pessoas, mas que se tornaram sócio fugidios, apontando então para uma não interação entre o espaço e o ocupante (Elali, 2009, p. 314). Isto afetou de forma direta no fluxo e nas categorias dos usuários, sendo esta uma área de trânsito rápido e sem permanência.

2 | AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

A preocupação com a satisfação do usuário de um espaço, segundo Del Rio

(1990), seja ele público ou privado, fez surgir uma linha de pesquisa - que utiliza metodologias de análise científica acerca do desempenho das edificações, estudando-o através de três temáticas: comportamental, técnico e funcional – a Avaliação pós-ocupação (APO).

Baseada no princípio básico de que edificações e espaços livres postos em uso, qualquer que seja a função, devem estar em permanente avaliação, quer do ponto de vista construtivo e espacial, quer do ponto de vista de seus usuários (FAU-USP, 2016), a APO possibilita informar as propostas de projeto para edificações semelhantes.

É natural que indivíduos se relacionem de formas diferentes com um mesmo ambiente, isso porque, de alguma forma, com alguma intensidade, nosso comportamento e nossas ações são influenciados pelo ambiente físico-espacial que nos cerca. Pode-se dizer que o ambiente sugere, facilita, inibe ou define comportamentos (DEL RIO, 1990).

Além da relação existente entre o indivíduo e o espaço, há as relações entre indivíduos propiciadas pelo espaço. Tem-se dado pouca atenção à criação consciente de espaço público para a administração da interação social (PFEIFFER, 1980 apud. DEL RIO, 1990). DEL RIO (1990) utiliza três temáticas instrumentais para a determinação de comportamentos ambientais: a posição do observador em relação ao observado, os instrumentos de registro e o que observar. Há também uma categoria de análise dos comportamentos ambientais utilizada pelo autor, sendo essa definida como um conjunto de interações entre as pessoas e o ambiente sócio-físico que acontecem em um determinado local - *Behavior Setting*. O conceito de *Behavior Setting* foi criado por Barker (1968) e é composto por cinco elementos básicos que o definem, possibilitam sua existência e mantêm seu funcionamento: Limites físicos e temporais, elementos humanos, elementos não-humanos, programa e mecanismos de regulação e ordenamento. Conhecendo os BSs, é possível determinar se um ambiente possui ou não sinormofia, condição de total adequação/coerência entre os componentes humanos e não humanos, permitindo que a atividade ou ação planejada aconteça da melhor maneira possível (ELALI, Gleice Azambuja, 2011).

De forma mais técnica o ambiente pode, ainda, ser analisado de acordo com as características físicas do espaço, análise essa que influencia diretamente no comportamento ambiental do local. Quando se trata de espaços públicos, o ambiente deve possibilitar condições de uso a todo e qualquer usuário devendo atender as normas de acessibilidade previstas na NBR 9050, fornecer um ambiente salubre, seguro e agradável.

A Avaliação Pós-ocupação realizada em parte da Praça da Matriz da cidade de Pau dos Ferros – RN, tinha como objetivo descrever através de mapas comportamentais a apropriação do espaço, os Behavior Settings e determinar se o espaço possui ou não sinormofia por se tratar de uma área pública destinada a lazer. Para isso, foram realizadas duas visitas ao local, uma diurna entre os horários de 7:00 e 8:00 horas e outra noturna entre 21:00 e 22:00 horas, esses horários foram escolhidos com a

finalidade de entender o fluxo do local em momentos bem distintos em um dia em um local cujo entorno é composto, principalmente, por edificações de uso comercial. (Figura 07).



Figura 07: Primeira visita realizada no dia 23 de agosto de 2018

Fonte: Autoria Própria (2018)

Nos horários de visita descritos, foi possível identificar três BSs, “atividade física”, “passeio” e “conversas”, onde para o setting “atividade física” realizado por mais de uma pessoa em, têm-se os limites físicos a Praça da Matriz localizada na cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. Os limites temporais compreendidos entre os horários de 6:00 e 7:00 horas. Já os elementos humanos são as pessoas que estão se exercitando. Os elementos não-humanos são compostos pelos bancos, árvores e quiosques e o principal programa está alocado em alongar-se, realizar a caminhada, corrida ou outras atividades físicas e ir embora. Como possíveis mecanismos de regulação e ordenamento do ambiente pode-se citar a chuva.

Já para o setting “passeio” realizado por mais de uma pessoa, têm-se os limites físicos também compostos pela Praça da Matriz localizada na cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. Com os limites temporais englobando todo o período de funcionamento comercial e a noite entre 19:00 e 23:00 horas. Os elementos humanos são os transeuntes que frequentam o espaço e os elementos não-humanos são os bancos, árvores, quiosques. O principal programa corresponde à passagem com destino as ruas ou comércios do entorno e os mecanismos de regulação e ordenamento do espaço correspondem à: realização de eventos e chuva.

Para o setting “conversas” realizado por mais de uma pessoa, observa-se os limites físicos da parada de ônibus da Praça da Matriz na cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, com os limites temporais com duração de, no máximo, dez minutos após início. Os elementos humanos correspondem ao emissor e receptor do diálogo ao passo que os não-humanos são os bancos, árvores, quiosques, parada de ônibus. O programa executado abrange o encontro de conhecidos, conversa e

despedida e o mecanismo de regulação e ordenamento são os encontros.

Em suma, esses BSs apontam para a dificuldade em se estabelecer um ponto fixo para conversas, sendo a parada de ônibus o local com maior probabilidade de permanência, uma vez que apresentava sombra. Nesse contexto, tem-se ainda a sombra fornecida pelas edificações/quiosques da praça como outro ponto fixo favorecedor de se instalar. Tal afirmação é construída a partir da observação em campo, uma vez que ambos os locais apresentam tal uso (Figura 08).



Figura 08: Quiosques fornecendo sombra para transeunte

Fonte: Aatoria Própria (2018)

A partir disso, foram elaborados dois mapas de percursos que apresentam, de forma sucinta, todos os pontos apresentados até o dado momento. O mapa matutino (Figura 09) expõe as duas subáreas de estar, circundadas em vermelho para melhor entendimento do local, e os fluxos apontam para a ida às edificações comerciais do entorno, bem como no sentido Igreja da Matriz. Já o mapa noturno (Figura 10) apresenta somente poucas pessoas que realizam as atividades físicas e poucos transeuntes.

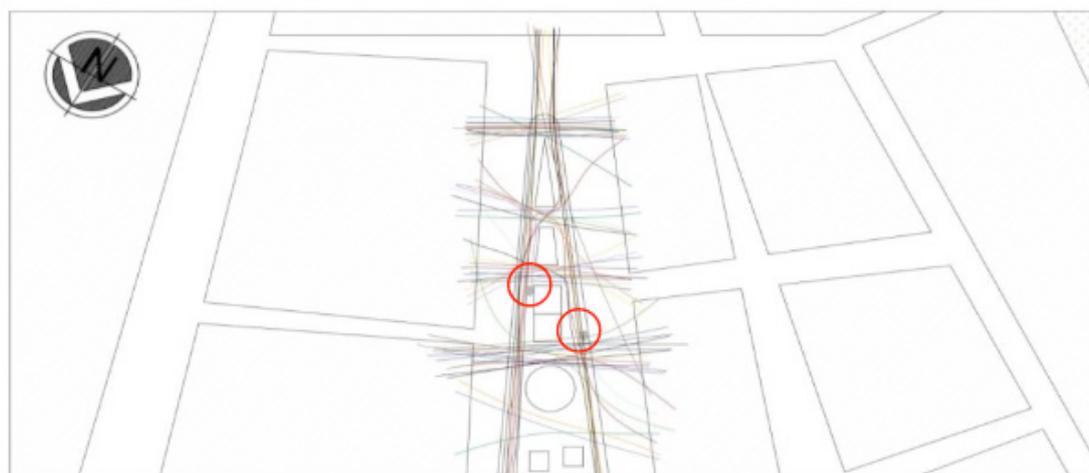


Figura 09: Imagem de mapa de percursos – Período Matutino e Vespertino

Fonte: Autores (2018)



Figura 10: Imagem de mapa de percursos – Período Noturno

Fonte: Autores (2018)

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praça da Matriz possui uma divisão determinada pela tipologia de uso. A primeira parte, da Igreja da Matriz até o pavilhão, é em sua totalidade arborizada e possui equipamentos urbanos que possibilitam a permanência dos usuários. A segunda parte, a partir do pavilhão, não conta com equipamentos urbanos destinados a permanência de usuários. Este pavilhão que fora construído na última reforma da Praça destinado a apresentação de dança de bandas locais do Município, atualmente, não está em uso.

Sabendo disso, a partir do estudo desenvolvido através da Avaliação Pós-ocupação (APO) com a elaboração de mapas mentais e das metodologias de DEL RIO (1950) acerca do comportamento ambiental aliadas à categoria de análise dos Behavior Settings, pode-se concluir que a área estudada referente a Praça da Matriz não possui sinomorfia, uma vez que a atividade planejada inicialmente, já que após as reformas não há nenhum documento projetual que indique a finalidade do espaço, não é realizada.

Em suma, a apreensão do espaço público revela distintas aceitações ou não de um público em detrimento a área estudada. Este processo é interessante para se repensar a forma como se estruturou os espaços públicos do semiárido, alvo da discussão. Em linhas gerais, compreende-se os esforços para a criação de ambientes aprazíveis, entretanto, observa-se também as problemáticas geradas na elaboração de espaços que não conseguem correlacionar os elementos humanos aos não-humanos para uma cidade como Pau dos Ferros.

Desse modo, os mapas baseados na metodologia de Del Rio foram os instrumentos de grande valia para a constatação de tal informação, uma vez que o mesmo apontou para o uso da área somente de um modo de circulação, onde ao passo que durante o dia as pessoas utilizavam o local apenas para a circulação, à noite, o ambiente se

apresentou com outros usos, como o de exercícios físicos predominantemente. Assim, por se tratar de um estudo em andamento, o presente trabalho se propõe a realizar a apreensão do espaço urbano que possibilitem a interação dos elementos humanos e não humanos desse ambiente, o que indica a necessidade de espaços de lazer planejados e adequados a tal tipo de uso próximo a área analisada.

REFERÊNCIAS

BALBI, Rafaela Santana. **Ergonomia e avaliação pós-ocupação (APO): a relação entre ambiente, usuário e atividade: uma contribuição da ergonomia aos estudos da Arquitetura.** 2012. 162 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 01 nov. 2018.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**, São Paulo: Pini, 1990.

ELALI, Gleice. **Consolidando interfaces: contribuições da análise de behavior settings à ergonomia e à acessibilidade**, Teresópolis, RJ, v. 1, 2011.

ELALI, Gleice. **Avaliando as condições de sinormorfia em busca da qualidade projetual.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANTAC, 2011. p. 01 - 10.

ELALI, Gleice. O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 2, p. 309-319, Aug. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200013>.

FAUUSP. **Avaliação pós-ocupação (apo) do ambiente construído.** Disponível em: < <http://www.fau.usp.br/disciplinas-pos-graduacao/avaliacao-pos-ocupacao-apo-do-ambiente-construido/> >. Acesso em: 09 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, José Edmilson de. **Pau dos Ferros: Crônicas, Fatos e Pessoas.** 1. ed. Pau dos Ferros: Arte Gráfica Pauferrense, 2011. p. 21-22. v. 1.

NEVES, Fernando Henrique. Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 503-516, nov. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000200503&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3410>.

RECHIA, S.; BELTRÁN, J. O. **Parques urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança.** **Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 181-202, 2010.

SILVA, E.A.P.C; SILVA, P.P.C; SANTOS, A.R.M; CARTAXO, H.G.O; RECHIA, S; FREITAS, C.M.S.M. **Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa.** **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jun/2013.

Silvestre Gomes, Marcos Antônio, PARQUES URBANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC 2014, 13 (Maio-Agosto) Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273632165007>> ISSN. Acesso em 01 nov. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4

